Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 1. Informações gerais

A Fertilizantes Heringer S.A. - em Recuperação Judicial ("Heringer" ou "Companhia"), com sede no município de Viana no Espírito Santo, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes, com 16 unidades de mistura, distribuídas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Nordeste do Brasil. Ressalta-se que, no Paraná, além de uma unidade de mistura, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e uma unidade de produção de Super Fosfato Simples ("SSP").

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no segmento especial da B3, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação FHER3.

#### Aprovação das Demonstrações Financeiras

A apresentação das informações, foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de novembro de 2020.

#### 1.1. Recuperação Judicial

Em 4 de fevereiro de 2019, a Companhia ajuizou o pedido de Recuperação Judicial ("RJ"), o qual foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 3 de dezembro de 2019 e homologado pelo juízo recuperacional em 14 de fevereiro de 2020, com publicação em 19 de fevereiro de 2020.

No decorrer da preparação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia avaliou uma série de cenários possíveis para a evolução de seus negócios operacionais e indicadores financeiros, realizando um conjunto de discussões com credores abrangidos pelo Plano de Recuperação Judicial. Este trabalho preparatório foi alongado na medida da complexidade e dimensão dos negócios da Companhia, face à existência de um elevado número de processos e procedimentos operacionais e financeiros com impacto nas premissas usadas pela Administração e na quantidade e diversidade de informações.

O Plano de Recuperação Judicial aprovado consiste basicamente no reperfilamento da dívida por meio de condições de prazos e taxas de juros diferenciadas para cada classe de credores.

No referido Plano de Recuperação Judicial, são apresentadas as seguintes classes de credores: Classe I - Trabalhistas; (ii) Classe II - Garantia real; (iii) Classe III - Quirografários; (iv) Classe IV - Quirografários (ME/EPP).

As condições de pagamento especificas a cada credor foram definidas, por meio de opções apresentadas no Plano de Recuperação Judicial e manifestadas pelos próprios credores, com prazo original até em 20 de março de 2020, 30 (trinta) dias contados da publicação da homologação da Recuperação Judicial.

O Plano de Recuperação Judicial apresentado pelo Administrador judicial, nos autos do processo 1000339-55.2019.8.26.0428, está disponível para consulta no endereço eletrônico da Companhia (http://ri.heringer.com.br/) (não revisado) e no site do Tribunal de Justiça (http://www.tjsp.jus.br/) (não revisado).

As informações abaixo resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de Recuperação Judicial. Em caso de eventuais divergências entre as informações abaixo e o Plano de Recuperação Judicial, prevalece o disposto no Plano de Recuperação Judicial.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Até 30 de setembro de 2020, ocorreram pagamentos no montante de R\$ 17.616 realizados a credores da classe I - Trabalhista. O saldo remanescente está previsto para ser liquidado até junho de 2021 em parcelas mensais consecutivas corrigidas pela Taxa de referência ("TR") com vencimento no dia 19 de cada mês, a partir de outubro de 2020.

Em setembro de 2020, o saldo da divida correspondente a classe I – Trabalhista, foi acrescido no montante de R\$ 5.498, referente a honorários sucubenciais devidos pela Companhia e que foi inscrito na recuperação judicial, conforme decisão do juiz responsável pela recuperação judicial. Esses honorários serão pagos até o final do primeiro semestre de 2021.

No decorrer do terceiro trimestre de 2020, a Companhia procedeu com o leilão de bens conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial para aceleração de pagamentos da classe I — Trabalhista, o qual resultou na venda de uma série de ativos não operacionais, o qual gerou o montante de R\$ 9.106, que será depositado em juízo até dezembro de 2020 e posterior destinação aos credores da classe supracitada.

Neste mesmo período, para os credores das classes III – Quirografarios e IV – Quirografarios - EPP / ME, foram realizados pagamentos no montante de até R\$ 1,5, por credor, independentemente da opção de pagamento escolhida. O saldo remanescente será liquidado de acordo com as condições previstas no Plano de Recuperação Judicial publicado.

#### 1.2. Reestruturação da dívida e seus reflexos

Com advento da aprovação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores, ocorrida em 3 de dezembro de 2019, os prazos, encargos e demais condições relacionadas às dividas firmadas pela Companhia foram novadas, passando a vigorar as condições apresentadas no mesmo. Consequentemente, os passivos concursais, originalmente submetidos à Recuperação Judicial, foram extintos, surgindo, assim, um novo passivo financeiro, mensurado inicialmente a valor justo, conforme previsto no CPC48 / IFRS 9 — Instrumentos financeiros, causando às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, impactos significativos em sua posição patrimonial e financeira.

Para a mensuração dos novos passivos financeiros a valor justo, a Companhia contratou uma empresa especializada, a qual se utilizou do método de fluxo de caixa descontado para estimar o valor justo dos mesmos. A taxa de desconto considerada como mais apropriada para refletir o risco de crédito da Companhia, foi estimada adicionando à taxa básica de juros o risco de crédito obtido de benchmarks de empresas comparáveis, com estrutura de capital semelhante, aos da Companhia após a implantação do plano de recuperação judicial. A metodologia de estimativa de valor justos foi a de Nível 2 – Informações que são observáveis pelo mercado para o passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A Companhia procedeu com a mensuração subsequente dos referidos passivos ao custo amortizado, considerando as taxas efetivas de juros, para fins de apuração do valor atualizado por classe e opção de cada credor, inclusive reconhecendo o efeito da variação cambial das dividas em moeda estrangeira.

Sob tais premissas, o valor contábil das obrigações da Companhia inscritas na Recuperação Judicial totaliza o montante de R\$ 960.540 em 30 de setembro de 2020, com a seguinte composição por classe de credor e opção de pagamento:

# Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Opção de Pagamento	Valor nominal	Ajuste a valor justo	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Variação Cambial	Juros Incorridos	Pagamentos Realizados	Ajustes / Transferências	Saldo em 30 de setembro de 2020
Classe I – Trabalhista	Única (i)	29.797	(1.577)	28.220	-	1.475	(17.616)	5.498	17.577
Total Classe I		29.797	(1.577)	28.220	-	1.475	(17.616)	5.498	17.577
Classe II – Garantia Real	Opção 1 (ii)	272.343	(104.151)	168.192	33.040	6.043	-	(7.700)	199.575
	Opção 2	32.565	(12.453)	20.112	4.699	722	-	-	25.533
Total Classe II		304.908	(116.604)	188.304	37.739	6.765	-	(7.700)	225.108
Classe III – Quirografários	Opção 1	367.803	(243.495)	124.308	30.988	10.653	-	-	165.949
	Opção 2	288.487	(190.986)	97.501	16.628	7.752	-	-	121.881
	Opção 3 (ii)	967.724	(640.659)	327.065	81.533	28.029	(561)	(10.034)	426.032
Total Classe III		1.624.014	(1.075.140)	548.874	129.149	46.434	(561)	(10.034)	713.862
Classe IV – Quirografários	Opção 1	3.585	(757)	2.828	-	463	(377)	_	2.914
EPP/MP	Opção 2	6.926	(6.051)	876	-	203	-	-	1.079
Total Classe IV		10.512	(6.808)	3.704	-	666	(377)		3.993
Total geral		1.969.230	(1.200.129)	769.101	166.888	55.341	(18.554)	(12.236)	960.540

- (i) Referente a honorários sucumbenciais devidos pela Companhiao qual foi inscrito na recuperação judicial, conforme decisão do juiz responsável pela recuperação judicial. Esses honorários serão pagos até o final do primeiro semestre de 2021.
- (ii) No período findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia, com autorização do juiz responsável pela recuperação judicial, procedeu com acordo junto a um de seus credores inscritos na recuperação judicial, para utilização de recursos bloqueados por este para quitação de parte da dívida. Como consequência o montante de R\$ 7.700 mil foi reduzido da rubrica de "Depósito judicial" e utilizado na amortização.
- (iii) No período findo em 30 de junho de 2020, o juiz responsável pela recuperação judicial da Companhia determinou nos autos do processo de recuperação judicial, a extraconcursonalidade da dívida de um de seus credores. Como resultado a Companhia procedeu com a reclassificação de divida no montante atualizado de R\$ 35.724, para a rubrica de Empréstimos do passivo não circulante. No período findo em 30 de junho de 2020, foi também determinado pelo juiz responsável pela recuperação judicial da Companhia, a decisão de alteração da moeda da dívida de um de seus credores, bem como os termos de juros da referida dívida. Como consequência foi observada a modificação substancial nos termos do contrato, resultando na extinção do passivo originalmente contabilizado e registro de um novo passivo mensurado à valor justo, conforme determina o CPC 48/IFRS 9 Instrumentos financeiros, resultando em um novo ajuste à valor justo.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 1.3. Continuidade operacional

As Informações trimestrais, do período findo em 30 de setembro de 2020, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma Recuperação Judicial, que tem por objetivo assegurar a continuidade das operações da Companhia, refoçada com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial na Assembleia Geral de Credores anteriormente mencionada, cujas dividas foram novadas e classificadas entre o passivo circulante e não circulante de acordo com os termos e condições do mesmo.

Adicionalmente, a administração da Companhia tem uma expectativa razoável sobre a capacidade de manter suas atividades habituais, esperando que seus contratos permaneçam válidos e eficazes durante todo o processo de implementação das medidas aprovadas no Plano de Recuperação Judicial.

A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de Recuperação Judicial e da concretização de outras previsões dispostas no Plano de Recuperação Judicial. Embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se que essas condições e circunstâncias indicam a existência de incerteza significativa que poderá afetar o êxito da Recuperação Judicial e suscitar dúvidas sobre a capacidade da Companhia de continuar sua operação, incluindo o cumprimento nas condições precedentes resolutivas ou suspensivas incluídas no Plano de Recuperação Judicial.

No período findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentou prejuízo do período e prejuízo acumulado nos montantes de R\$ 245.010 (R\$ 110.572 em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 829.117 (R\$ 584.558 em 31 de dezembro de 2019), respectivamente, tendo apresentado ainda em 30 de setembro de 2020, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 205.057 (em 31 de dezembro de 2019 patrimônio líquido positivo em R\$ 39.953). Embora os resultados referente ao período de nove meses de 2020 terem sido afetados de maneira significativa pela despesa financeira gerada pela desvalorização do câmbio ocorrido em consequência das incertezas no ambiente econômico, devido a pandemia do COVID - 19, essa despesa não traz impacto direto e relevante no caixa da Companhia em curto prazo, uma vez que: (i) incidem substancialmente sobre os passivos inscritos na recuperação judicial cujos os pagamentos ocorrerão substancialmente a partir de 2023 e por um prazo de até 25 anos e (ii) existe um "hedge" natural para os passivos de curto prazo decorrentes de compra de insumos em moeda estrangeira, considerando que a realização dos estoques se dá por preços de venda balizados pelo dólar, conforme descrito na Nota 24 (b). A administração da Companhia continua confiante que as projeções de fluxos de caixa utilizadas na preparação do Plano de recuperação judicial, que preveem pagamentos no longo prazo, permanecem válidas e são suficientes para suportar a continuidade operacional da Companhia.

Adicionalmente, conforme descrito na Nota 27, o avanço global da pandemia do COVID-19 tem gerado incertezas no ambiente econômico, principalmente mercado de ações e câmbio. Devido ao setor em que a Companhia está inserida a administração não identificou impactos relevantes em suas operações, exceto pelos impactos da volatilidade do câmbio.

#### 1.4. Reapresentação das cifras comparativas

Para adequação à forma de apresentação das demonstrações financeiras e atendendo aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 23 — Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros, a Companhia preparou a reapresentação de forma retrospectiva das informações trimestrais do trimestre findo em 30 de setembro de 2019 relativas ao transito em julgado do processo que questionava a constitucionalidade do recolhimento de Contribuição previdenciária sobre serviços tomados de cooperativas, ocorrido em 14 de dezembro de 2017, o qual reconheceu de forma definitiva o direito da Companhia de compensar os valores indevidamente recolhidos a tal título, no período de 2010 a 2016, devidamente corrigidos pela taxa SELIC (Nota 6).

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A reapresentação das cifras comparativas impactou o balanço patrimonial (o ativo não circulante e o patrimônio líquido nos montantes de R\$ 8.568 e R\$ 8.259 em 31 de dezembro de 2019 e 1º. de janeiro de 2019, respectivamente), e a demonstração do resultado (rubrica de "Outras despesas financeiras, líquidas" para períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro, nos montantes de R\$ 81 e R\$ 243, respectivamente).

Apresentamos abaixo o quadro demonstrando as alterações efetuadas nos saldos comparativos do balanço patrimonial de 31 de dezembro 2019 e de 1º de janeiro de 2019:

	31 de dezembro de 2019		1º de janeiro de 2019			
	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Balanço Patrimonial Ativo						
Circulante	762.333		762.333	951.502		951.502
Não circulante	817.600	8.568	826.168	874.220	8.259	882.641
Total do ativo	1.579.933	8.568	1.588.501	1.825.722	8.259	1.833.981
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	505.430		505.430	2.378.923		2.378.923
Não circulante	1.043.118		1.043.118	68.635		68.635
Patrimônio líquido	31.385	8.568	39.953	(621.836)	8.259	(613.577)
Total do passivo e		0. (0	00		0	
patrimônio líquido	1.579.933	8.568	1.588.501	1.825.722	8.259	1.833.981
Demonstração do resultado	Trimestre findo	em 30 de s	setembro de 2019	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019		
	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Receitas (despesas) financeiras, líquidas Resultado antes do	(4.290)	81	(4.209)	(27.499)	243	(27.256)
imposto de renda e contribuição social	(135.906)	81	(135.825)	(246.479)	243	(246.236)
Prejuízo do período	(135.906)	81	(135.825)	(246.479)	243	(246.236)
Prejuízo por ação atribuível (expresso em Reais por ação)	(2,5219)		(2,5219)	(4,5765)		(4,5720)

Não houve outros impactos nas Demonstrações do Resultado Abrangente, dos Fluxos de caixa e do Valor Adicionado, além do ajuste de resultado acima mencionado, para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2019.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 2. Base de preparação

As informações trimestrais - ITR foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração.

#### 2.1. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas na preparação das informações trimestrais - ITR são consistentes com aquelas divulgadas na Nota nº 2.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de setembro de 2020.

#### Normas, alterações e interpretações de normas

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas, além daquelas divulgadas na Nota 2.3 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como não ocorreram alterações em relação aos impactos esperados e divulgados nas referidas demonstrações financeiras que possam afetar as informações contábeis intermediárias do referido período.

#### 3. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e os Equivalentes de Caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissodas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

		Taxa média	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Caixa e recursos em conta corrente Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	(i)	9 % do CDI	5.468 20.1 <u>5</u> 6	4.079 15.955
			25.624	20.034

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Essas aplicações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata.

#### 4. Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber de Clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos , as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As Contas a Receber de Clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida a partir das médias históricas das perdas registradas pela Companhia (perdas esperadas) e, no mínimo trimestralmente, são analisadas se existem evidências objetivas de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos por seus clientes (perdas incorridas). A avaliação da existência de evidências é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contas a receber no país (i) Contas a receber no exterior Ajuste a valor justo - subcarteira negociada Ajuste a valor presente	244.002 992 (3.426) (397)	217.318 1.003 (4.287) (292)
Perda estimada e incorrida com créditos de liquidação duvidosa		213.742 (41.152)
Circulante Não circulante	200.543 200.527 16 200.543	172.590 172.293 297 172.590

<sup>(</sup>i) O montante de R\$ 654 (R\$ 674 em 31 de dezembro de 2019) é decorrente de transações com partes relacionadas (Nota 9).

# Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, o Ajuste a valor presente foi calculado tomando como base todas as operações de venda com prazo superior a 30 dias, com taxa de desconto de 1% ao mês, através do método do fluxo de caixa descontado. A reversão do Ajuste a valor presente foi registrada no resultado do período, na rubrica "Receitas (despesas) financeiras".

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, foi calculado o Ajuste a valor justo sobre o saldo de Contas a receber de clientes, considerando a taxa de juros efetiva dos títulos descontados.

Os saldos de Contas a receber no exterior estão denominados em dólares norte-americanos.

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais e ou dos saldos a receber.

Os valores justos das Contas a receber de clientes se aproximam dos valores contábeis em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Em 30 de setembro de 2020, as Contas a receber de clientes no valor de R\$ 45.396 (R\$ 38.527 em 31 de dezembro de 2019) encontram-se vencidas. A Companhia não constituiu provisão para perdas sobre esses valores, pois se referem a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente, não existindo, dessa forma, expectativa de perdas sobre esses valores, ou para as quais a Companhia possui garantias reais. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Até 90 dias De 90 a 180 dias Acima de 180 dias	4.317 938 40.141	3.087 770 34.670
	45.396	38.527

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possui perda estimada e ou incorrida com créditos de liquidação duvidosa ("impairment") no montante de R\$ 40.628 (R\$ 41.152 em 31 de dezembro de 2019), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
A vencer Até 180 dias Acima de 180 dias	1.202 903 38.523	869 45 40.238
	40.628	41.152

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, as movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	2020	2019
Saldo inicial Provisão constituída no período Reversão de provisões no período	41.152 1.885 (2.409)	38.588 4.322 (1.859)
Saldo final	40.628	41.051

Em 30 de setembro de 2020 o adiantamento de clientes no montante de R\$ 48.074 (R\$ 7.234 em 31 de dezembro de 2019) decorre de faturamentos para entrega futura e recebimentos antecipado de vendas efetuadas a clientes.

#### 5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou ao valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: (i) matérias-primas e embalagens - custo médio das compras, usando-se o método da média ponderada móvel; e (ii) custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Matérias-primas e embalagens Importações em andamento	335-597 190.803	311.670 20.261
Adiantamentos a fornecedores Estoque de materiais indiretos e EPIs Provisão para ajuste a valor de mercado (i)	90.508 8.972	12.242 8.037 (1.853)
Provisão de perdas / obsolescência de estoques	(4.677) 621.20 <u>3</u>	(5.596) 344.761

<sup>(</sup>i) Refere-se à provisão para resíduos de matérias-primas, cujo custo médio em estoque estava superior ao valor de realização.

O custo dos estoques reconhecido no resultado do período de 9 meses e incluído em "Custos dos produtos vendidos" totalizou R\$ 1.141.686 (2019 – R\$ 597.127) conforme Nota 19.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 6. Tributos a recuperar

-	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019 Reapresentado (Nota 1.4)
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i)	169.569	214.936
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii)	66.228	67.947
Programa de Integração Social - PIS (i)	39.268	49.485
IRRF sobre instrumentos financeiros	625	681
INSS a recuperar (iii)	8.688	8.568
Outros	1	1
Provisão para deságio alienação crédito de ICMS (ii)	(770)	-
Provisão para perdas de créditos tributários – Pis e Cofins (i)	(8.442)	(9.689)
	275.167	331.929
Circulante	31.555	117.604
Não circulante	243.612	214.325
_	275.167	331.929

(i) O saldo do PIS e COFINS a recuperar no montante de R\$ 208.837 decorre da apropriação de créditos fiscais, quando da aquisição de insumos, em valor superior aos débitos destas mesmas contribuições federais, sobretudo em função de que a maior parte dos produtos fabricados e vendidos pela Companhia é tributada à alíquota o (zero) pelo PIS e pela COFINS, nos termos da legislação de referência. A Companhia, por meio de formulários específicos, solicita periodicamente que estes créditos sejam ressarcidos e/ou compensados com débitos tributários federais também administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB").

Em 30 de setembro de 2020, o montante de R\$ 5.767 (R\$ 63.746 em 31 de dezembro de 2019) encontrava-se sob verificação por parte da RFB, aguardando análise do agente fiscal, e o montante de R\$ 199.902 (R\$ 200.675 em 31 de dezembro de 2019) encontrava-se em discussão com a própria RFB e/ou no âmbito do Conselho de Administração de Recursos Fiscais ("CARF") e o montante de R\$ 3.168 encontrava-se devidamente liberado, aguardando o ressarcimento via depósito bancário para Companhia.

A mencionada discussão é disputada no âmbito da RFB e do CARF e se refere a glosas de créditos fiscais apresentadas pela RFB no decorrer da análise dos pedidos de ressarcimento e/ou compensação dos aludidos valores. Essas glosas decorrem, sobremaneira, da apropriação de créditos sobre gastos relacionados com a contratação de:

- Serviços portuários, necessários ao desembaraço e nacionalização dos insumos importados;
- 2. Serviço de transporte na aquisição, transferência de produtos sujeitos à alíquota zero; e
- 3. Serviço de transporte municipal.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em relação aos temas listados, a Companhia possui *legal opinion* de assessor jurídico externo abordando os aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais relacionados ao regime não cumulativo das aludidas contribuições, onde se conclui que os valores em discussão possuem probabilidade de perda remota, frente ao posicionamento dos tribunais superiores favoráveis à Companhia. Considerando a probabilidade de perda dos referidos créditos e aos posicionamento dos tribunais superiores a Companhia entende que nenhuma provisão adicional se faz necessária.

Em abril de 2020 a Companhia recebeu como restituição de tributos federais essencialmente de Pis e Cofins o montante de R\$ 57.921 e em outubro de 2020 o valor de R\$ 5.241, ambos por meio de depósito bancário.

- (ii) Serão utilizados na aquisição de insumos para produção ou venda para terceiros, além da utilização nas operações normais da Companhia. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possui aprovação para transferências de créditos junto à autoridade estadual de São Paulo no montante de R\$ 19.355, e está em processo de aprovação para transferência de créditos junto a autoridades estadual de São Paulo no montante de R\$ 23.862. Em decorrência da expectativa da administração em proceder com a venda dos créditos de ICMS a terceiros, uma provisão no montante R\$ 770 foi registrada sobre os créditos aprovados e em processo de aprovação.
- (iii) Em 30 de setembro de 2020, a Companhia registrou créditos no valor de R\$ 8.688 (R\$ 8.568 em 31 de dezembro de 2019), relativos ao trânsito em julgado ocorrido em 14 de dezembro de 2017 do processo que questionava a constitucionalidade do recolhimento de INSS sobre serviços tomados de cooperativas, o qual reconheceu de forma definitiva o direito da Companhia de compensar os valores indevidamente recolhidos a tal título durante o período de julho de 2010 a março de 2016. A Companhia procedeu com a reapresentação das cifras comparativas conforme Nota 1.4.

A Companhia é parte ativa no processo que discute a exclusão do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") na base de cálculo do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"). Em 30 de setembro de 2019, transitou em julgado a referida ação, reconhecendo, de forma definitiva, o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como de compensar os valores indevidamente recolhidos a tal título a partir de 2002, devidamente corrigidos pela taxa SELIC.

A administração da Companhia tomou conhecimento da referida decisão judicial transitada em julgado em agosto de 2020, não tendo tempo hábil, portanto, até a data de emissão dessas informações trimestrais de proceder com os cálculos, bem como com o registro contábil do referido crédito tributário e os correspondentes reflexos tributários relacionados com os tributos sobre o lucro ("IRPJ" e "CSLL") e com o Pis e Cofins devido sobre a atualização monetária do referido crédito. Adicionalmente, a Companhia espera ter os cálculos concluídos e proceder com os referidos ajustes até o encerramento do exercício de 2020.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 7. Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ("Impostos Diferidos") relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dados a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

O Imposto de renda e a Contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa da Contribuição Social, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (a) Composição do imposto de renda e contribuição social a recuperar

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Imposto de renda a recuperar Contribuição social a recuperar	156.200 19.999	153.468 19.624
	176.199	173.092
Circulante Não circulante	56.004 120.195	74.523 98.569
	176.199	173.092

Os saldos decorrem de antecipações realizadas por meio de Perdcomps – Pedidos de Ressarcimento de Pis e Cofins, e também IR fonte sobre rendas de aplicações financeiras.

Serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte por meio de pedidos de restituição, no valor total corrigido pela Selic até setembro de 2020 de R\$ 156.954, protocolados na Receita Federal do Brasil entre abril de 2009 e setembro de 2020, bem como por meio de pedidos de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

#### (b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, os saldos de tributos ativos e passivos diferidos estavam compostos como segue:

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativo:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	123.806	125.747
Diferenças temporárias:		
Ajuste a valor justo - Instrumentos financeiros ativos	1.165	1.458
Provisão para comissões sobre vendas	1.798	1.478
Provisão para contingências	17.243	13.495
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.978	3.310
Ajuste a valor presente	136	99
Provisão para perda sobre estoques, obsolescência e ajuste ao valor de mercado	1.589	2.533
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda	251	251
Provisão <i>impairment</i> - Imobilizado	=	370
Provisão para créditos tributários	3.132	3.294
Provisão para baixa de créditos	17.124	18.589
Provisão rateio de importação	4.217	4.217
Outras diferenças temporárias	9.396	9.192

# Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Descius	<u> 182.835</u>	184.033
Passivo: Ajuste a valor justo (i) Imobilizado - custo atribuído (ii) Outras	(384.705) (24.120) (3.862)	(408.044) (24.479) (4.007)
	(412.687)	(436.530)
Líquido	(229.852)	(252.497)

- (i) Refere-se ajuste a valor justo decorrente da reestruturação da dívida conforme descrito na Nota 1.2.
- (ii) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27.

No período findo em 30 de setembro de 2020, os saldos de Imposto de renda e Contribuição social diferidos ativos foram reconhecidos, sobre as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízo fiscal, até o limite em que a Companhia espera apresentar lucro tributável futuro para que tais diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas. Nessa avaliação a administração considerou também a limitação legal de utilização do prejuízo fiscal acumulado à 30% do lucro tributável futuro.

#### (c) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

	Periodo de nove meses findo em 30/09/2020	Periodo de nove meses findo em 30/09/2019 Reapresentado
		(Nota 1.4)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota nominal dos tributos	(267.655) 34%	(246.236) 34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	91.003	83.720
Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos: Benefícios fiscais e subvenções Valor dos impostos diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	1.073 (69.431)	426 (84.146)
	22.645	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado: Diferidos	22.64 <u>5</u>	
	22.645	<u> </u>
Alíquota efetiva dos tributos	8%	0%

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (d) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Ativo	<b>Passivo</b>	Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019	31.563	(31.563)	-
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de	(8.784)	359 1.985	359 (6.799)
contribuição social gerado no período	6.440		6.440
Saldo em 30 de setembro de 2019	29.219	(29.219)	
Saldo em 1º de janeiro de 2020 Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo	184.033	(436.530)	(252.497)
imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de	- 743	359 23.484	359 24.227
contribuição social gerado no período	(1.941)		(1.941)
Saldo em 30 de setembro de 2020	182.835	(412.687)	(229.852)

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possui o montante de R\$ 1.698.492 de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para os quais nenhum tributo diferido ativo foi constituído.

#### 8. Outros Ativos

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Adiantamento a fornecedores	6.080	2.718
Adiantamento a funcionários	1.799	1.285
Contas a receber de venda de imobilizado para terceiros	5.060	5.305
Bens destinados a venda (ii)	5.744	3.691
Créditos com instituições financeiras (i)	21.145	21.081
Créditos diversos (iii)	-	4.670
Bonificações de compras	5.018	-
Outros	4.367	2.329
	49.213	41.079
Circulante	39.198	33.118
Não circulante	10.015	7.961
	49.213	41.079

<sup>(</sup>i) Em virtude da Recuperação Judicial da Companhia, determinadas Instituições Financeiras retiveram saldos que a Companhia possuía em carteira de cobranças com essas Instituições Financeiras e que foram dadas em garantia, estes valores referem-se a contratos de capital de giro que estão inscritos na composição da dívida em Recuperação Judicial.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Conforme previsto no plano de Recuperação Judicial, ativos não operacionais foram leiloados no decorrer do terceiro trimestre de 2020, no intuito de acelerar os pagamentos a credores da Classe I Trabalhista. Sendo assim, como prevê o CPC 31 Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, os valores correspondente a esses bens foram reclassificados para a rubrica de Outros Ativos.
- (iii) Referente à processo de desapropriação de terreno e galpão na cidade de Rio Grande da Serra SP, promovido pela prefeitura local, no ano de 1.988. Após todo o trâmite, inclusive com trânsito em julgado emitido pelo STJ Superior Tribunal de Justiça, foi gerado o precatório nº 5015/1992, cujo pagamento foi efetivado em 16 de março de 2020 mediante depósito bancário em conta da Companhia

#### 9. Partes relacionadas

A Fertilizantes Heringer S.A. - em Recuperação Judicial é controlada pela Heringer Participações Ltda., que detém 51,48% das ações da Companhia; A OCP International Coöperatieve U.A. (OCP) detém 10% das ações, a PCS Sales (Canada) INC. (PCS) detém 9,5% das ações, e os 29,02% remanescentes das ações são detidos por diversos investidores, não havendo nenhum deles detendo mais de 5% de participação.

#### (a) Transações e saldos

As transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas e suas controladas referem-se a operações mercantis, incluindo o arrendamento de uma propriedade e outras operações, e estão resumidas a seguir:

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativo		
Contas a receber		
JFC V-Jorf Fert. Company S.A	112	114
OCP Fertilizantes Ltda (i)	21	21
OCP	404	422
SAFTCO S.A	117	117
	654	674

(i) Relacionado a valores a receber por descarregamento de matérias primas em prazo inferior ao originalmente previsto (Despatch a receber).

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Passivo Circulante		
Fornecedores (i)		
OCP	244.905	163.123
OCP Fertilizantes Ltda	27	
SAFTCO	-	21.251
JFC V-Jorf Fert. Company	1	
	244.933	184.374

# Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo não circulante Fornecedores - RJ Canpotex Limited JFC V-Jorf Fert. Company SAFTCO OCP OCP Fertilizantes Ltda.	5.420 6.080 11.409 6.182 29.599	4.731 2.400 826 4.475 28.845
	58.690	41.277
Empréstimos – RJ (ii) Dalton Dias Heringer Dalton Carlos Heringer Juliana Heringer Rezende Eny de Miranda Heringer	19.285 9.108 3.237 8.082	18.376 9.254 3.285 8.560
	39.712	39.475
	98.402	80.752
	343.335	265.126

<sup>(</sup>i) Decorrem de compras de insumos, celebradas no curso normal dos seus negócios, e também saldos a pagar considerados extraconcursais no processo de recuperação judicial.

<sup>(</sup>ii) Os Empréstimos (mútuos) a pagar para partes relacionadas estão registrados na rubrica "Empréstimos e Financiamentos - RJ" do balanço patrimonial.

	Periodo de nove meses findo em	Periodo de nove meses findo em
Resultado	30/09/2020	30/09/2019
Receita de vendas		
Dalton Dias Heringer (i)	36	10
<b>Q</b>	36	10
Custo dos produtos vendidos	0-	
Dalton Dias Heringer (i)	(45)	(7)
0 ()	(45)	(7)
Outras receitas operacionais		
OCP	13	34
Dalton Dias Heringer	14	19
	27	53
	2/	55
Despesas Financeiras		
Ĵuros – Empréstimos - Mútuo	(237)	(441)
•	(237)	(441)
	. 0//	****

# Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Compras		
OCP Fertilizantes Ltda	26	1.198
Saftco	-	233
OCP	99.143	58.576
JFC V-Jorf Fert.Company	17.284	5.128
Dalton Dias Heringer		4
	116.453	65,139

#### (i) Decorrem da venda de subprodutos originados no processo produtivo.

Durante o primeiro trimestre de 2015, a Companhia assinou junto aos atuais acionistas OCP e PCS contratos para compra de fertilizantes fosfatados e fertilizantes potássicos, respectivamente, cuja vigência é de 10 anos (renováveis por mais cinco anos).

Em dezembro de 2016, a Companhia aprovou o aditamento ao Contrato com a Canpotex (controlada da PCS), por meio do qual a Companhia e a Canpotex acordam determinados prazos de pagamento referentes ao fornecimento de produtos e determinam juros remuneratórios. A Companhia também aprovou a celebração de Contrato com a OCP, por meio do qual a Companhia obtém linha de crédito, relacionada ao contrato comercial de fornecimento de compra e venda de fertilizantes fosfatados bem como determina juros remuneratórios. Por esses contratos há garantias prestadas em relação a contas a pagar envolvendo partes relacionadas.

A medida que as circunstancias que ocasionaram o pedido de recuperação judicial da Companhia afetaram sua capacidade de presseguir com seus compromissos comerciais celebrados até essa data, os contratos com as partes relacionadas acima mencionada perderam sua eficácia, entretanto, após o pedido de recuperação judicial a Companhia vem realizando compras frequentes com a OCP, em condições de mercado sem vínculo contratual.

No tocante às garantias que recaíram sobre os imóveis, as mesmas permanecem inalteradas.

#### (b) Remuneração do pessoal chave da administração

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, o total de remuneração do pessoal chave da administração foi como segue:

	Período de nove meses findo em 30/09/2020	Período de nove meses findo em 30/09/2019
Salários e encargos Honorários dos administradores Plano de previdência privada Outros	967 1.157 124 33	1.384 1.698 165 49
	2.281	3.296

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 10. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

	Taxas de deprec	Taxas de depreciação - % ao ano		
	Nominal	Média ponderada		
Edifícios e construções	De 1,8 a 25	3,47		
Máquinas, equipamentos e instalações industriais Outros	De 4 a 50 De 10 a 50	11,96 17,96		

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

# Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020 Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais	Outros	Imobilizações em andamento	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2019	66.340	305.053	79.423	8.771	11.032	470.619
Aquisições	-	. <del>.</del>	65	6	451	522
Baixas	-	(30)	(1.919)	(236)	(602)	(2.787)
Depreciação	-	(8.992)	(11.593)	(2.185)	-	(22.770)
Transferências (i)		1.404	1.056	70	(3.519)	(989)
Em 30 de setembro de 2019	66.340	297.435	67.032	6.426	7.362	444.595
Em 1º de janeiro de 2020	66.340	294.439	63.516	4.676	7.781	436.752
Aquisições	-	-	239	115	19.517	19.871
Baixas	-	(250)	(2.107)	(142)	-	(2.499)
Depreciação	-	(7.641)	(11.290)	(1.623)	-	(20.554)
Transferências (i)	-	(862)	5.932	52	(5.122)	-
Reversão de Provisão para Impairment (ii)	-	746	343	-	-	1.089
Em 30 de setembro de 2020	66.340	286.432	56.633	3.078	22.176	434.659
Saldo em 31 de dezembro de 2019						
Custo	66.340	384.164	322.408	31.571	7.781	812.264
Depreciação		(89.725)	(258.892)	(26.895)		(375.512)
Valor residual líquido	66.340	294.439	63.516	4.676	7.781	436.752
Saldo em 30 de setembro de 2020						
Custo	66.340	381.648	321.847	30.758	22.176	822.769
Depreciação	- 10.0	(95.963)	(265.557)	(26.590)		(388.110)
• ,						
Valor residual líquido	66.340	285.685	56.290	4.168	22.176	434.659
Baixas		(250)	(2.107)	(142)		(2.499)
- Custo		(1.354)	(6.734)	(980)		(9.068)
- Depreciação		1.404	4.626	838		6.868
•		-	•			

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Conforme previsto no plano de Recuperação Judicial, ativos não operacionais foram leiloados em setembro e outubro de 2020, no intuito de acelerar os pagamentos a credores da Classe I Trabalhista. Sendo assim, como prevê o CPC 31 Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, os valores correspondente à estes bens foram reclassificados para a rubrica de Outros Ativos.
- (ii) No período findo em 30 de setembro de 2020 a Companhia procedeu com a baixa contábil dos ativos identificados com redução do valor recuperável (*impairment*) procedendo também com a reversão da provisão reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Alguns itens do imobilizado, no montante de R\$ 283.250 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 289.522 em 31 de dezembro de 2019), estão dados em garantia de operações com fornecedores, inclusive partes relacionadas, e de financiamentos.

#### Testes do ativo imobilizado para verificação de impairment

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, considerando a situação econômica e financeira e pela hibernação de determinadas unidades, com consequente dificuldade de estimar o valor em uso de tais ativos, a administração da Companhia contratou empresa especializada em avaliações do valor de mercado de ativos para preparação de laudo de avaliação do valor justo líquido de despesa de venda desses ativos imobilizado.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos foram agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, sendo considerado da seguinte forma: (i) Classe de ativos e (ii) Unidade geradora de caixa ("UGC").

A administração determinou como UGC cada uma das unidades produtivas da Companhia (incluindo as unidades em operação ou hibernadas.

Tendo como objetivo a obtenção do valor justo dos bens, liquido das despesas de venda, o avaliador utilizou-se de métodos avaliatórios reconhecidos no mercado. A metodologia segue descrita abaixo:

#### (i) Máquinas, equipamentos industriais

A avaliação do valor justo liquido das despesas de venda foi feita por meio do método de reposição, o qual reproduz resultados de melhor confiabilidade, obtendo-se o valor dos bens novos, iguais ou similares, junto aos fabricantes, ou usados, junto mercado especializado, contemplando-se o estado de conservação, manutenções, depreciação física e depreciação tecnológica.

Os valores apresentados como custo atual de reposição dos bens avaliados foram estabelecidos com base em catálogos, cotações e ou lista de preços solicitados, iguais ou similares, para pagamento a vista, diretamente com os fabricantes, representantes ou comerciantes e para equipamentos desenvolvidos dentro da empresa, por planilhas de custos internas.

Foram adotados para os estados de conservação de cada bem, uma escala de o a 100% em relação ao bem novo, igual ou similar ao cotado. Para os casos que foram cotados no mercado de usados, foi atribuído um percentual de 100% para os bens no estado de conservação em que que se encontravam. Para apuração do estado de conservação dos bens, foram adotados os critérios recomendados por profissional especializado e com conhecimento técnico em sua área de atuação, com o respaldo da vistoria "in-loco" dos mesmos, estimando-se um valor de resíduo ao final de sua vida útil remanescente.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Terrenos, edificios e construções

Para os terrenos, edifícios e construções, a avaliação do valor justo liquido das despesas de venda, foi realizado pela aplicação do método comparativo de dados do mercado com aplicação de inferência estatística, esse foi realizado com uso software especializado com elementos coletados junto ao mercado imobiliário local nos níveis de precisão e fundamentação específicos.

Para a avaliação dos terrenos foram verificados valores de venda de similares na região circunvizinha, opinião de preços e pesquisa efetuadas junto ao mercado imobiliário da região, para áreas em oferta, e homogeneizadas para os mesmos padrões.

Com relação às edificações e benfeitorias, foi considerado o custo de reprodução ou de substituição de construções similares, conforme projeto ou custos padrões oficiais com apuração de variáveis de acréscimos ou decréscimos, além das respectivas depreciações, considerando o estado de conservação em que se encontraram durante as vistorias técnicas.

Os valores do custo/m2 foram retirados da tabela PINI, elaborada e divulgada mensalmente pelo Sindicato da Indústria de Construção Civil no Estado de SP, em cumprimento da Lei Nº 4.591, buscando uma magnitude econômica, e meios para que inevitáveis erros estiverem dentro da tolerância, atingindo desse modo o correto valor do mercado dos bens na data da avaliação.

O teste de *impairment* realizado, conforme as metodologias acima descritas, resultou em ajuste de *impairment* no montante de R\$ 1.089 em 31 de dezemdro de 2019. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia procedeu com a baixa contábil dos ativos identificados com redução do valor recuperável (*impairment*) e consequente reversão da provisão.

A Companhia considera que não há mudanças relevantes no mercado que possam afetar o o valor justo dos ativos imobilizados em relação aos valores apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contas a pagar no país Contas a pagar no exterior (i)	93.548 268.958	81.949 161.324
	362.506	243.273
Circulante Não circulante	349.363 13.143 362.506	230.067 13.206 243.273

(i) A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores no exterior. Esses títulos estão denominados em dólares norte-americanos.

Em 30 de setembro de 2020, o ajuste a valor presente no valor de R\$ 19.329 foi calculado sobre bonificações de compras junto fornecedores estrangeiros, aos quais os referidos saldos somente serão descontados de futuros contas a pagar aos mesmos, uma vez que liquidada as obrigações inscritas em Recuperação Judicial.

Em 30 de setembro de 2020, considerando a existência de garantias de liquidez imediata junto aos credores, o montante de R\$ 302.180 foi considerado como extraconcursal na Recuperação Judicial, dos quais R\$ 289.038 está apresentado no passivo circulante e R\$ 13.143 no passivo não circulante. Consequentemente não seguem os fluxos de pagamento apresentados na recuperação e por esse motivo está apresentado separadamente no passivo. O saldo remanescente refere-se a valores a pagar no fluxo normal das operações da Companhia, não há saldo em atraso em 30 de setembro de 2020.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os valores contábeis e valor justo dos empréstimos e financiamentos estão descritos na Nota 23.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia não possuía nenhum contrato com cláusula restritiva financeira.

	Taxa de juros contratual	Taxa de juros efetiva	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Moeda nacional				
Capital de giro (i)	17,4% a.a.	17,4% a.a.	306.272	153.033
Finame Outras obrigações (ii)	2,5% a.a. Libor + 3,0% a.a.	2,5% a.a. Libor + 3,0% a.a.	60 11.308 317.640	229 9.376 162.638
Circulante Não circulante			281.912 35.728 317.640	162.601 37 162.638

Abaixo, seguem informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

- i) Refere-se à operação de empréstimos com instituições financeiras. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, as operações de capital de giro no curto prazo, referem-se basicamente a operações de desconto de recebíveis (FIDC's) e fomentos.
- ii) Refere-se a operações realizada junto a trading exportadora de café, a qual, em 30 de setembro de 2020, financiou produtores rurais mediante compras de insumos agrícolas no montante de R\$ 11.308.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### iii) Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
2020 2021 em diante	226.579 91.061	162.601 37
	317.640	162.638

A Companhia registrou encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos incorridos até a data do deferimento do pedido de Recuperação Judicial, ocorrido em 6 de fevereiro de 2019, conforme determinado no artigo 9°, inciso II da Lei 11.101/2005.

# Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### iv) Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos

	Financiamento de importação	Capital de Giro USD	Capital de giro nacional	Finame	Outras obrigações	BNDES	Mútuo	Total
Em 1º de janeiro de 2019	497.767	36.759	341.156	1.931	7.340	46.028	71.236	1.002.217
Captações	34.838	-	843.303	-	9.100	-	1.407	888.648
<ul><li>(-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial realizada</li></ul>	(42.250)	-	(671.148)	(1.401)	(5.450)	-	-	(720.249)
(-) Pagamento de juros	(2.669)	-	(15.734)	(57)	-	-	-	(18.460)
(-) Compensação créditos precatórios em garantia (i)			(139.664)		-	-	-	(139.664)
Transferência entre contas	-	-	(34.953)	-	-	-	34.953	-
Provisão de juros	2.302	928	(1.105)	53	-	566	441	3.185
Variação cambial não realizada	39.009							39.009
Em 30 de setembro de 2019	528.997	37.687	321.855	526	10.990	46.594	108.037	1.054.686
Em 1º de janeiro de 2020	-	-	153.033	229	9.376	-	-	162.638
Captações	-	-	1.138.059	-	2.152	-	-	1.140.211
<ul><li>(-) Pagamento de principal, incluindo variação cambial realizada</li></ul>	-	-	(999.224)	(169)	(220)	-	-	(999.613)
(-) Pagamento de juros	-	-	(21.321)	(5)	-	-	-	(21.326)
Provisão de juros	-	-	-	5	-	-	-	5
Transferências (ii)	-	-	35.725	-	-	-	-	35.725
Em 30 de setembro de 2020			306.272	60	11.308			317.640

(i) Compensação de créditos precatórios em garantia junto a instituição financeira, ao qual foi encerrado o processo em 2 de abril de 2019.

<sup>(</sup>ii) Em junho de 2020, o juiz responsável pela recuperação judicial julgou procedente o pedido de impugnação que requeriu a extraconcursionalidade do saldo junto a um de seus credores, portanto, o referido valor foi transferido dos valores da recuperação judicial da Companhia, e reclassificado para rubrica de Empréstimos e Financiamentos de longo prazo.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 13. Dívidas inscritas na Recuperação Judicial

Conforme mencionado na Nota 1.2, em 3 de dezembro de 2019 foi aprovado em Assembleia geral de credores o Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, em decorrência a aprovação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia geral de credores e homologação da Recuperação Judicial pelo juízo recuperacional, a administração da Companhia avaliou conforme CPC 48 / IFRS 9 — Instrumentos financeiros que os termos e condições originalmente firmados entre a Companhia e seus credores, foram substancialmente modificados, de forma que o passivo financeiro original foi extinto e um novo passivo financeiro foi criado, esse mensurado no reconhecimento inicial ao valor justo.

A Companhia procedeu com a mensuração subsequente dos referidos passivos ao custo amortizado, considerando as taxas efetivas de juros, para fins de apuração do valor atualizado por classe e opção de cada credor, inclusive reconhecendo o efeito da variação cambial das dividas em moeda estrangeira.

Sob tais premissas, o valor contábil das obrigações da Companhia inscritas na Recuperação Judicial totaliza R\$ 972.622 em 30 de setembro de 2020. O referido Plano de Recuperação Judicial, apresenta as dívidas da Companhia em quatro classes de acordo com a Lei 11.101/2005, conforme segue:

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Fornecedores - RJ(i)		
Classe II – Garantia Real	100.528	68.289
Classe III – Quirografários	318.712	252.921
Classe IV – Quirografários EPP/MP	3.993	3.703
	423.233	324.913
Circulante	751	3.025
Não circulante	422.482	321.888
	423.233	324.913
Empréstimos		
Classe II – Garantia Real	124.580	120.015
Classe III – Quirografários	395.150	295.953
	519.730	415.968
Circulante	-	39
Não circulante	519.730	415.929
	519.730	415.968

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Salários e encargos sociais (ii) Classe I — Trabalhista	17.577	28.220
Circulante Não circulante	17.577 - 17.577	23.507 4.713 28.220

- (i) Corresponde as dívidas oriundas de compras de matérias-primas, prestações de serviços e compras de materiais indiretos, bem como os saldos de Adiantamentos de clientes.
- (ii) O passivo registrado na rubrica Salários e Encargos Sociais RJ, corresponde a dividas oriundas de indenizações trabalhistas de colaboradores desligados no período entre janeiro e fevereiro de 2019 decorrentes do processo de reestruturação da Companhia, além dos saldos de salários devidos aos colaboradores que se mantiveram ativos.

#### 14. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, a provisão para contingências era composta como segue:

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contingências de naturezas:		
Tributárias e administrativas	1.070	786
(-) Depósitos judiciais	(81)	(685)
	989	101
Trabalhistas e previdenciárias (a)	31.120	32.036
(-) Depósitos judiciais	(3.274)	(3.343)
	27.846	28.693
Cíveis e ambientais	8.483	6.163
(-) Depósitos judiciais	(8)	(303)
	8.475	5.860
Total da provisão para contingências	40.673	38.985
(-) Depósitos judiciais	(3.363)	(4.331)
	37.310	34.654

# Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

#### i) Movimentação da provisão para contingências

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, a movimentação da provisão para contingências foi como segue:

	30 de setembro de 2020	30 de setembro de 2019
Saldo inicial	38.985	30.015
Constituição (reversão), líquida Atualização monetária	436 1.2 <u>5</u> 2	(337) 43
Saldo final	40.673	29.721

#### ii) Depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Tributários e administrativos	13.958	15.261
Cíveis e ambientais (i)	2.243	10.063
Previdenciários	3.500	3.432
Trabalhistas	3.532	3.618
	23.233	32.374
Classificados como redutores da provisão para contingência Saldo de Depósitos Judiciais – Ativo Não Circulante	(3.36 <u>3)</u> 19.870	(4.331) 28.043

<sup>(</sup>i) A redução do saldo de depósitos judiciais de natureza cíveis e ambientais decorre substancialmente da a compensação do montante de R\$ 7.700 mil para pagamento de credor inscrito na recuperação judicial, conforme descrito na Nota 1.3

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### iii) Passivos contingentes

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Tributárias e administrativas (i) Trabalhistas e previdenciárias (ii) Cíveis e ambientais (iii)	228.903 33.056 29.099	241.484 61.534 51.818
	291.058	354.836

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.

- (i) As ações tributárias referem-se, substancialmente, à autos de infração recebidos pela Companhia em decorrência de utilização de Pis e Cofins para compensação de IRPJ e CSLL que são objetos de questionamento por parte das autoridades fiscais, conforme descrito na Nota 6, no montante de R\$ 191.391 (R\$ 206.459 em 31 de dezembro de 2019). Adicionalmente a Companhia possui ações relacionadas à ICMS no montante de R\$ 10.762 (R\$ 10.472 em 31 de dezembro de 2019), em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa. A Companhia conta com apoio de consultores jurídicos para acompanhamento do andamento dos processos e avaliação dos prognósticos de perda, para os quais entende que a probabilidade de perda é "possível", portanto nenhuma provisão foi constituída.
- (ii) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários. A administração da Companhia acompanha o andamento dos referidos processos, e, juntamente com seus consultores jurídicos avalia a existência de evidência de necessidade de desembolso de caixa. A redução dos valores de passivos contingentes trabalhistas ocorreu, principalmente, devido a dois processos trabalhistas os quais a Companhia obteve decisões favoráveis, alterando então, sua classificação para "remoto", conforme avaliação dos consultores jurídicos.
- (iii) As ações cíveis e ambientais com pedidos de indenizações por danos morais aos moradores da comunidade próxima da fábrica estão substancialmente relacionadas à Ação Civil Pública que tem como objeto a unidade de Paranaguá, os quais, durante o primeiro semestre de 2020, tiveram substancial redução de volume na quantidade de processos, sendo que os remanescentes sofreram revisões nos montantes provisionados.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### iv) Ação Civil Pública na unidade de Paranaguá - PR

Em fevereiro de 2009, os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná propuseram Ação Civil Pública em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá – PR.

No que tange à solicitação dos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área, as chances de perda, amparada na posição de seus consultores jurídicos, são classificadas como remotas.

Em maio de 2018, foi proferida sentença de 1º Grau, parcialmente procedente, determinando a realização de um novo processo de licenciamento, com elaboração de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA") e audiência pública, para retorno das atividades de produção de SSP (Super Fosfato Simples), que no momento se encontram paralisadas, com condenação da Companhia, em danos coletivos no valor de R\$ 500, o valor da provisão contabilizada atualizada é de R\$ 1.585.

#### v) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos

Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado.

Em 30 de setembro de 2020 o montante de R\$ 33.672 (R\$ 32.878 – em 31 de dezembro de 2019) referese à atualização monetária dos créditos tributários pelo IPCA-E, o qual a Companhia aguarda a requisição de pagamento junto à União Federal.

#### 15. Patrimônio Líquido

#### (a) Capital social

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$800.000.

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito de R\$585.518 está representado por 53.857.284 ações.

#### (b) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações que foi registrado na data de transição para CPCs e IFRS.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c) Destinação dos resultados e reservas de lucros - incentivos fiscais

Em 30 de setembro de 2020, o montante que seria destinado à reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$ 3.156, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 30 de junho de 2019, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008 a 2017	2018	2019	2020	Total
PSDI (i)	208.546	8.871	87	-	217.504
Desenvolve (ii)	10.217	7.188	1.499	3.156	22.060
Outros incentivos recebidos (iii)	6.685	-	-	-	6.685
	225.448	16.059	1.586	3.156	246.249

Beneficio fiscal de redução de ICMS:

- (i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de setembro de 2028.
- (ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.
- (iii) Redução de 75% do imposto de renda a recolher, com base no lucro da exploração por período de 10 anos a contar da data da concessão, por força do artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, obtidos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste SUDENE e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia SUDAM: (a) em 2011 o benefício foi concedido para a unidade de Camaçari BA e tem duração garantida até 2020; (b) a partir de 2014, o benefício foi concedido para as duas unidades de Rondonópolis MT e tem duração garantida até 2023; e (c) a partir de 2016 o benefício foi concedido para a unidade de Candeias BA e tem duração garantida até 2025.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena de perda dos beneficios. Não há saldo de reserva de incentivos fiscais no patrimonio liquido pois há prejuízos acumulados.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 16. Outros passivos

0 <b>11</b> 100 <b>P1</b> 1001	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Outras contas a pagar (i)	25.784	34.066
Demurrage a pagar	13.809	12.934
Custo de importação a pagar	28.579	10.669
Provisão de comissões	5.287	4.347
Rateio de importação	43	242
Outros		343
	73.502	62.601
Circulante	73.502	62.601
Não circulante	<del>-</del>	
	73.502	62.601

<sup>(</sup>i) Refere-se a obrigações trabalhistas relacionadas aos artigos nº 467 e 477 da CLT que trata de multas por atraso no pagamento de verbas rescisórias no montante de R\$ 10.043 (R\$ 10.043 em 31 de dezembro de 2019), e gastos com consultoria administrativa e financeira relacionadas à Recuperação Judicial no montante de R\$ 15.741 (R\$ 24.023 em 31 de dezembro de2019).

#### 17. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuizo básico por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 (em milhares, exceto valores por ação):

	Período de nove meses findo em 30/09/2020	Período de nove meses findo em 30/09/2019 Reapresentado (Nota 1.4)
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(245.452)	(246.236)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	53.857	53.857
Resultado básico por ação ordinária	(4.5575)	(4,5720)

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidoras que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária.

Não há diluição de prejuizos.

#### 18. Receita operacional líquida

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos são transferidos ao cliente, ou seja, para casos de vendas FOB ("Free on Board"), a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira, com transportes próprios, a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF ("Cost, Insurance and Freight"), a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente, e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente o controle e todos os benefícios do produto.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	30/09/2020	Trimestre findo em 30/09/2019
Vendas brutas de produtos (-) Deduções da receita bruta de vendas:	721.958	372.172
Abatimentos e descontos incondicionais, vendas canceladas e devoluções das vendas	(2.433)	(1.855)
Impostos sobre as vendas Incentivos fiscais ICMS (PSDI) Incentivos fiscais ICMS (Desenvolve)	(8.120) - 816	(4.132) - 689
	712.221	366.874

# Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Periodo de nove meses findo em 30/09/2020	Periodo de nove meses findo em 30/09/2019
Vendas brutas de produtos  (-) Deduções da receita bruta de vendas:  Abatimentos e descontos incondicionais, vendas canceladas e devoluções das vendas  Impostos sobre as vendas  Incentivos fiscais ICMS (PSDI)  Incentivos fiscais ICMS (Desenvolve)	1.413.618	704.413
	(5.185)	(4.012)
	(18.465)	(8.900) 87 1.166
incentivos fiscais fewis (Desenvolve)	3.156	692.754
	1.393.124	092./54

#### 19. Custo e despesas por natureza

Os gastos relativos a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriados aos custos dos estoques e posteriormente ao custo dos produtos vendidos quando da venda destes. As despesas com frete relacionadas à entrega do produto, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

Demais custos são apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Trimestre findo Trimestre findo

		arraga / so / so to
	em 30/09/2020	em 30/09/2019
Matérias-primas e materiais de produção	574.080	302.222
Despesas com transporte	15.059	8.642
Despesas com pessoal (Nota 22)	25.654	20.977
Despesas comerciais	5.944	5.407
Depreciação e amortização	6.821	7.508
Participação nos lucros (Nota 22)	3.396	(1.450)
Despesas com publicidade	173	187
Arrendamentos mercantis operacionais	20	52
Outros gastos	24.458	22.078
	655.605	365.623
Classificados como:		
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	599.320	322.601
Despesas com vendas	29.980	22.562
Despesas gerais e administrativas	26.305	20.460
	655.605	365.623

# Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de nove meses findo em 30/09/2020	Período de nove meses findo em 30/09/2019
Matérias-primas e materiais de produção	1.141.686	597.127
Despesas com transporte	31.974	16.133
Despesas com pessoal (Nota 22)	68.726	83.703
Despesas comerciais	11.680	10.702
Depreciação e amortização	20.899	23.011
Participação nos lucros (Nota 22)	4.461	-
Despesas com publicidade	431	465
Arrendamentos mercantis operacionais	67	432
Outros gastos	52.661	54.669
	1.332.585	786.242
Classificados como:		<u> </u>
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	1.204.222	662.184
Despesas com vendas	66.787	59.421
Despesas gerais e administrativas	61.576	64.637
	1.332.585	786.242

#### 20. Variação cambial, líquida

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício.

	Trimestre findo em 30/09/2020	Trimestre findo em 30/09/2019
Variação cambial ativa Variação cambial passiva (i)	34.272 (52.324)	50.095 (182.851)
	(18.052)	(132.756)
	Período de nove meses findo em 30/09/2020	Período de nove meses findo em 30/09/2019
Variação cambial ativa Variação cambial passiva (i)	39.894 (275.375)	117.659 (234.408)
	(235.481)	(116.749)

<sup>(</sup>i) Variação cambial gerada devido ao aumento da taxa de cambio no perido, referente a divida inscrita na Recuperação Judicial.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 21. Despesas e receitas financeiras

As receitas (despesas) financeiras com juros são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

As demais receitas (despesas) financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência.

	Trimestre findo em 30/09/2020	Trimestre findo em 30/09/2019 Reapresentado (Nota 1.4)
Despesas financeiras		(110ta 1.4)
Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros derivativos	_	_
Juros sobre passivos financeiros e descontos concedidos	(28.957)	(10.596)
Juros sobre passivos inscritos na recuperação judicial	(13.499)	-
Despesas com ajustes a valor presente	(1.857)	(979)
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(850)	(176)
Variações monetárias passivas	(109)	(167)
	(44.659)	(11.918)
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	1.238	4.582
Receitas com ajustes a valor presente	4.880	2.710
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	4.000	2./10
Rendimentos sobre aplicações financeiras	13	1
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	1.051	416
	7.182	7.709
	(37.477)	(4.209)
	Período de nove meses findo em 30/09/2020	Período de nove meses findo em 30/09/2019
		Reapresentado
		(Nota 1.4)
Despesas financeiras Perdas com instrumentos financeiros derivativos	_	(149.934)
Juros sobre passivos financeiros e descontos concedidos	(75.966)	(33.123)
Despesas com ajustes a valor presente	(1.859)	(5.375)
Juros sobre passivos inscritos na recuperação judicial	(57.327)	-
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(2.146)	(3.988)
Variações monetárias passivas	(904)	(93)
	(138.202)	(192.513)

# Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	11.863	16.925
Receitas com ajustes a valor presente	28.209	11.641
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	-	135.526
Rendimentos sobre aplicações financeiras	48	169
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	2.047	996
	42.167	165.257
	(96.035)	(27.256)

#### 22. Despesas com empregados

As despesas com empregados estão demonstradas a seguir:

	Trimestre findo em 30/09/2020	Trimestre findo em 30/09/2019
Ordenados e salários	13.888	11.570
Indenizações	1.862	1.343
Custos de previdência social	3.801	3.157
Benefícios previstos em Lei	1.391	1.591
Benefícios adicionais (i)	4.712	3.316
	25.654	20.977
Participação nos resultados	3.396	(1.450)
	29.050	19.527
	Período de nove meses findo em 30/09/2020	Período de nove meses findo em 30/09/2019
Ordenados e salários	38.561	37.749
Indenizações	2.984	21.772
Custos de previdência social	10.129	8.832
Benefícios previstos em Lei	5.350	4.355
Benefícios adicionais (i)	11.702	10.995
	68.726	83.703
Participação nos resultados	4.461	<del>_</del>
	73.187	83.703
(i) Assistência médica, seguro de vida, pr	evidência complementar, pecúlio e ali	imentação.

<sup>(1)</sup> Assistência médica, seguro de vida, previdência complementar, pecúlio e alimentação

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 23. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Segue a composição dos instrumentos financeiros por categoria:

		30 d	e setembro de 2020
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	25.624	25.624
Contas a receber de clientes Outros ativos, excluindo adiantamentos	112.907	87.636	200.543
realizados	-	26.318	26.318
Depositos judiciais	-	19.870	19.870
Dep. Judiciais, redutor da prov. conting.		3.363	3.363
	112.907	162.811	275.718
			e setembro de 2020
		Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		(317.640)	(317.640)
Empréstimos e financiamentos RJ		(519.730)	(519.730)
Fornecedores		(362.506)	(362.506)
Fornecedores RJ Outros passivos, excluindo pagamentos		(423.233)	(423.233)
antecipados		(73.448)	(73.448)
		(1.696.557)	(1.696.557)

# Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

		31 de deze	embro de 2019
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Total
Ativos, conforme Balanço Patrimonial		_	_
Caixa e equivalentes de caixa	-	20.034	20.034
Contas a receber de clientes Outros ativos, excluindo adiantamentos	106.922	65.668	172.590
realizados	-	31.182	31.182
Depósitos judiciais	-	28.043	28.043
Dep. Judiciais, redutor da prov. contingências.		4.331	4.331
	106.922	149.258	256.180
	Passivos mensurados ao valor justo através	Outros passivos	embro de 2019
	do resultado	financeiros	Total
Passivos, conforme Balanço Patrimonial Empréstimos e financiamentos		162.638	162.638
Empréstimos e financiamentos - RJ	415.968	ū	415.968
Fornecedores	,	243.273	243.273
Fornecedores - RJ	324.913		324.913
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados		24.172	24.172
	740.881	430.083	1.170.964

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

	30 de setembro de 2020		
	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	25.624	25.624	
Contas a receber de clientes	200.543	200.543	
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	26.318	26.318	
Depositos judiciais	19.870	19.870	
Depositos Judiciais, redutor da provisão para contingência	3.363	3.363	
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	(317.640)	(317.640)	
Empréstimos e financiamentos - RJ	(519.730)	(519.730)	
Fornecedores	(362.506)	(362.506)	
Fornecedores – RJ	(423.233)	(423.233)	
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	(73.448)	(73.448)	

# Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2019	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	20.034	20.034
Contas a receber de clientes	172.590	172.590
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	31.182	31.182
Depósitos judiciais	28.043	28.043
Depósitos judiciais, redutor da provisão para contingência	4.331	4.331
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(162.638)	(162.638)
Empréstimos e financiamentos - RJ	(415.968)	(415.968)
Fornecedores	(243.273)	(243.273)
Fornecedores - RJ	(324.913)	(324.913)
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	(24.172)	(24.172)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos empréstimos e financiamentos é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Vide Nota 12 para mais detalhes.

### <u>Hierarquia de valor justo - Instrumentos financeiros derivativos</u>

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
	Nível II	Nível II
Ativos financeiros Subcarteira negociada - FIDC	112.907	106.922
Passivos financeiros Fornecedores – RJ Empréstimos e financiamentos - RJ		324.913 415.968

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, não havia outros ativos e passivos avaliados a valor justo.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 24. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

#### (a) Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia revisa periodicamente os limites de crédito e a capacidade financeira de seus clientes. Em virtude dessas políticas estabelecidas para os derivativos, a Administração considera improvável a exposição a riscos não mensuráveis.

#### (b) Risco de mercado

#### Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O grande volume de dívidas da Companhia está concentrado na Recuperação Judicial, cuja as taxas de juros são pré-fixadas e acrescidas de TR para dívidas nacionais ou Libor para dívidas estrangeiras quando aplicável.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

#### Risco com taxa de câmbio

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores das operações em moeda estrangeira.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os ativos e passivos em moeda estrangeira, os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais e a exposição líquida ao risco com taxa de câmbio, são resumidos como a seguir:

	Prazos para o impacto financeiro previsto	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Importação em andamento (Nota 5) US\$ 33.826 mil (US\$5.027 mil em 31/12/2019) Fornecedores no exterior (Nota 11)	Até 35 dias	(190.803)	(20.261)
US\$ 47.682 mil (US\$ 38.720 mil em 31/12/2019)	Até 180 dias	268.958	161.324
Fornecedores – RJ US\$ 66.136 mil (US\$ 65.650 em 31/12/2019) (Nota 13) Empréstimos e financiamentos – RJ US\$ 52.542 mil/	Até o ano de 2045	373.051	264.615
€\$ 48 mil (US\$ 74.924/€\$ 18 mil em 31/12/2019) (Nota 13)	Até o ano de 2045	296.644	299.982
		747.850	705.660
Contas a receber no exterior US\$ 176 mil (US\$249 mil em $31/12/2019$ ) (Nota 4)	Até 30 dias	(992)	(1.003)
Exposição líquida		746.858	704.657

Devido à relevância das importações de matérias-primas no contexto das operações da Companhia, a volatilidade da taxa de câmbio representa um risco relevante às suas operações. O não repasse dos impactos de eventual desvalorização do Real, ou o repasse de eventual valorização do Real aos preços de venda pode resultar em reduções significativas das margens de lucro praticadas e consequente risco relevante às operações da Companhia. Em um cenário de matérias-primas com preços estáveis em dólar norte-americano no mercado internacional, o estoque da Companhia permite um "hedge" natural para os passivos lastreados em moeda estrangeira.

#### (c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e *ratings* previamente estabelecidos, e contratando operações de derivativos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A qualidade do crédito dos demais ativos financeiros que não estão vencidos e não possuem perdas pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito efetuadas por empresa especializada, quando houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo Baixo risco para longo prazo	25.624	20.034
	25.624	20.034

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento.

#### (d) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo head de finanças e controladoria juntamente com a gerência Financeira.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, exceto pelos empréstimos e financiamentos.

# Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019			
Empréstimos e financiamentos	162.601	37	-
Empréstimos e financiamentos - RJ	39	-	416.254
Fornecedores	230.067	13.206	-
Fornecedores - RJ	3.025	-	321.563
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	24.172	-	-
Em 30 de setembro de 2020			
Empréstimos e financiamentos	281.912	35.728	-
Empréstimos e financiamentos - RJ	-	-	519.730
Fornecedores	349.363	13.143	-
Fornecedores - RJ	751	-	422.482
Outros passivos, excluindo pagamentos			
antecipados	73.448	-	-

#### (e) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros e derivativos

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I - provável:

- Instrumentos com risco cambial os cenários prováveis consideram a taxa de câmbio de R\$ 5,25/US\$, com base no relatório semanal FOCUS divulgado pelo Banco Central (BC) e a taxa de CDI de 1,90% ao ano, observadas no fechamento de 30 de setembro de 2020, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo trimestre, e os demais cenários foram construídos a partir dessas taxas.
- Instrumentos com risco de taxa de juros manutenção da taxa em virtude de contexto econômico e disponibilidades ofertadas pelas instituições financeiras durante o período.

Tais análises consideram os ganhos e as perdas a auferir para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento dos contratos, demonstradas entre parênteses, caso a cotação do dólar norte-americano e a taxa de CDI varie de acordo com os percentuais abaixo indicados.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Câmbio USD

	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido - Cenários				
	II	III	Provável	II	III
	-25%	-50%		25%	50%
Cotação do dólar	R\$ 3,9375	R\$ 2,6250	R\$ 5,2500	R\$ 6,5625	R\$ 7,8750
Fornecedor no exterior, líquido de					
importação em trânsito	18.185	36.371	5.413	(18.185)	(36.371)
Fornecedores no exterior – RJ	98.479	196.959	29.315	(98.479)	(196.959)
Empréstimos e Financiamentos - RJ	120.933	241.866	35.999	(12.933)	(241.866)
Contas a Receber no exterior	(231)	(462)	(69)	231	462
	237.367	474.734	70.658	(237.367)	(474.734)

#### • Câmbio EUR

#### Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido -

	Cenários				
	II	III	Provável	II	III
Cotação do euro Empréstimos e Financiamento RJ	-25% R\$ 4,6021 28	-50% R\$ 3,0681	R\$ 6,1391	25% R\$ 7,6701 (28)	50% R\$ 9,2042 (55)
Ganho (perda), líquido	28	55		(28)	(55)

#### (f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de endividamento. Conforme definido no estatuto social, na letra "i" do artigo 18, o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 70% da receita operacional bruta do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do Conselho de Administração. Em 30 de setembro de 2020, esse índice ficou em 69,8% (22,7% em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 25. Cobertura de seguros

Por entender que a possibilidade de ocorrência de sinistro é remota, a Companhia adota a política de não manter cobertura de seguro para todos os seus ativos. No entanto, a Companhia possui apólices de seguro para unidades de Candeias – BA e Viana – ES com limite máximo de indenização de R\$ 67.000, para as unidades de Dourados - MS, Catalão - GO, Rio Verde - GO, Porto Alegre - RS, Manhuaçu - MG, Três Corações – MG, Uberaba – MG e Paranaguá - PR com limite máximo de indenização de R\$ 30.000, para as unidades de Paulínia com limite máximo de indenização de R\$ 21.399, para a frota de veículos com limite máximo de indenização de R\$ 100 e para parte do contas a receber, crédito rural, com limite máximo de indenização de R\$ 50.000.

#### 26. Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: o presidente do Conselho de Administração, o presidente executivo da Companhia e membro do Conselho de Administração e os demais membros do Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de processo produtivo, compostos por dois segmentos: (i) Industrial, compreendendo a planta de produção de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples - SSP localizada em Paranaguá; e (ii) Misturadoras, segmento este composto pelas 7 unidades misturadoras da Companhia em funcionamento e 6 unidades hibernadas.

# Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações por segmento de negócios, revisadas pelos principais tomadores de decisão e correspondentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, são as seguintes:

	Período de nove meses findo em 30/09/2020			Período de nove meses findo em 30/09/2019			
	30/07/=0=0			Reapresentado (Nota 1.4)			
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total	
Receita bruta de vendas		1.413.618	1.413.618		704.413	704.413	
Deduções e impostos sobre vendas	-	(20.494)	(20.494)		(11.659)	(11.659)	
Receita líquida de vendas		1.393.124	1.393.124		692.754	692.754	
Custos dos produtos vendidos	(2.688)	(1.201.534)	(1.204.222)	(4.505)	(657.679)	(662.184)	
Lucro (prejuízo) bruto	(2.688)	191.590	188.902	(4.505)	35.075	30.570	
Despesas operacionais Despesas financeiras, líquidas			(125.041) (331.516)			(132.801) (144.005)	
Lucro operacional			(267.655)			(246.236)	
Imposto de renda e contribuição social			22.645				
Lucro líquido (prejuizo) do período			(245.010)			(246.236)	
Depreciação e amortização	853	20.046	20.899	1.224	21.787	23.011	
EBITDA	(1.835)	86.595	84.760	(3.281)	(75.939)	(79.220)	

Como antes mencionado, o segmento industrial destina-se atualmente a atender às necessidades do segmento de Misturadoras. Dessa forma, as vendas do segmento industrial para as misturadoras foram mensuradas considerando o preço de mercado dos produtos à época da venda. A receita do segmento de Misturadoras informada aos principais tomadores de decisão foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado e excluem as receitas originadas no segmento industrial.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos por segmento de negócio podem ser assim demonstrados.

	30 d	30 de setembro de 2020			31 de dezembro de 2019			
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras Reapresentado (Nota 1.4)	Total		
Estoques Imobilizado e Intangível	30.078	621.002 411.679	621.203 441.757	30.087	344.760 414.008	344.761 444.095		
Demais ativos		780.488	780.288		799.645	799.645		
Total dos ativos	30.079	1.813.169	1.843.248	30.088	1.588.501	1.588.501		

Não há informações disponíveis sobre os passivos por segmento, a Administração analisa os passivos como um todo, por entender que não há, no momento, relevância na análise desses saldos por segmento. Em função de uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná (vide Nota 14), em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR, o resultado do segmento Industrial está negativamente impactado pela paralisação da referida planta.

Atualmente, por força de medida liminar, portanto provisória, datada de 28 de abril de 2010, a Unidade de Acidulação, Granulação e Conversão de Enxofre encontra-se paralisada, como noticiado inclusive via fato relevante. No entanto, a Unidade de Mistura de Paranaguá encontra-se liberada e em funcionamento.

A produção anual da unidade industrial de Paranaguá - PR é de cerca de 250 mil toneladas (não revisado) de SSP (super fosfato simples) e 200 mil toneladas (não revisado) de ácido sulfúrico, o que atualmente representa cerca de 40% da nossa necessidade de SSP (não revisado), ou seja, 6% do total do nosso consumo de matérias-primas de fertilizantes (não revisado). No período de seis meses findo em 30 de setembro de 2020, a depreciação da fábrica registrada no resultado foi de R\$ 853 (R\$ 845 no mesmo período de 2019).

#### 27. Impactos decorrentes da pandêmia do COVID-19

Com o advento da Covid19, surgiu um grande receio no mercado em relação a uma possível recessão econômica, principalmente gerada pela redução da renda da população, podendo vir a impactar a demanda e consequentemente a redução de volumes de vendas internas e externas no mercado como um todo.

Há ainda incertezas relacionadas ao potencial impacto que a pandemia poderá gerar nos negócios como um todo, possivelmente vindo a afetar as operações da Companhia, criando interrupções na cadeia de suprimentos e distribuição, o que impactaria negativamente os negócios, afetando seus resultados operacionais e financeiros.

Notas Explicativas da administração às informações financeiras intermediárias trimestrais em 30 de setembro de 2020

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Tais efeitos poderão também atingir negativamente os clientes da Companhia, mesmo que inseridos no segmento agrícola, principalmente no que diz respeito à possível desaceleração a longo prazo na economia mundial, inclusive mercado agrícola, podendo afetar posições de crédito e liquidez da própria Companhia ou seus clientes. Há países que estão suspendendo a comercialização com outros países, inclusive o Brasil, causando impacto nas importações e, consequentemente, na competitividade interna de diversos segmentos econômicos.

A agricultura brasileira costuma ser um setor menos afetado, uma vez considerada como atividade essencial e a população precisa alimentar-se mesmo em face de desemprego e redução de renda. Especificamente no Brasil, considerado um dos maiores exportadores mundiais de grãos e demais produtos agrícolas, não deverão ocorrer grandes alterações nas tendências de demanda e oferta dos produtos no ano de 2020, exceto em setores específicos. Ainda assim, a pandemia de Covid-19 trouxe muita incerteza e volatilidade ao mercado das commodities agrícolas.

Outro fator de importante relevância é a forte desvalorização do Real em relação ao Dólar, causando aumento dos custos de fertilizantes, cujas matérias-primas são essencialmente importadas. Tais impactos são geralmente absorvidos pelo mercado com preços de vendas também lastreados no dólar. Este cenário é benéfico aos exportadores no curto prazo ou enquanto durar. Também na Companhia, o impacto do câmbio não afetará o caixa, já que a dívida em moeda estrangeira atual será paga principalmente a partir de 2023, devido à carência prevista no plano de Recuperação Judicial. Consequentemente a administração entende que o "efeito câmbio" não afetou até o momento a situação financeira da Companhia apesar de ter gerado um valor representativo de despesa de variação cambial.

Com relação aos ativos imobilizados e contas a receber, a administração também entende que não sofreu qualquer impacto decorrente do COVID-19, inclusive não identificando a necessidade de ajustes de impairment ou provisões de perdas em contas a receber ou outros ativos.

Quando não possível o trabalho remotamente, tem reduzido a quantidade de colaboradores trabalhando nos escritórios, fornecendo condições adequadas para a realização dos trabalhos de forma a evitar o contágio, como por exemplo o fornecimento de álcool em gel e máscaras, aumento no número de ônibus para transporte de colaboradores, distanciamento durante realização de refeições no restaurante da Companhia, comunicações e instruções sobre como se comportar e utilizar os equipamentos de segurança e proteção, informações atualizadas sobre casos suspeitos ou testados positivos com respectivas providências tomadas pela Companhia para cada caso.

Todas as ações citadas não têm sido exaustivas. A Companhia continua atuando diante de cada situação ou caso específico, buscando ser o mais eficiente, adequada, sensata e completa possível, à medida que o processo de aprendizado natural face um evento completamente novo e recente vem se tornando mais conhecida e compreendida na sociedade como um todo.

\* \* \*